

A Construção de um Sonho: os Engenheiros Arquitetos e a Formulação da Política Habitacional no Brasil, de Marisa Varanda Teixeira Carpintéro. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

José Tavares Correia de Lira*

O projeto moderno de habitação social atua em um plano paradigmático da política. É contra perigos sanitários e riscos sociais de toda espécie que se justifica o interesse pelas formas precárias de moradia e lugares decaídos da cidade. Quando, depois do século XIX, o problema da habitação passa a figurar nos debates parlamentares, nas reivindicações sindicais ou populares, nas medidas e planos de governos, é porque também ele se tornou um elemento de importância apreciável no cálculo das tensões de classe. Aquilo que a estatística e a pesquisa social nascentes determinam em seus estudos sobre as condições de habitação passaria a recobrir antigas vocações e cuidados familiares de conteúdo público e laico. As políticas habitacionais doravante integrariam um conjunto de políticas da reprodução, da organização do consumo, do controle da saúde, da alimentação, da sexualidade etc. Por outro lado, essa habitação tem predicados sociais, na medida em que repercute nas formas de distribuição e localização da população, na definição de seus deslocamentos e circuitos, na extensão das maquinarias e equipamentos que lhe servem e delimitam as fronteiras entre os modos civilizados de vida, a desordem urbana e a insalubridade.

A trajetória desenhada por Marisa Varanda Teixeira Carpintéro não se desvia desses pressupostos da responsabilidade política pelos males habitacionais – objeto de sua análise. Ao passar em revista as iniciativas isoladas de construção habitacional para a população pobre, as denúncias,

* Doutor em história da arquitetura pela FAU-USP.

inspeções médicas e observações sociais das condições de vida nos cortiços e favelas e os relatórios, teses e pareceres técnicos de engenheiros e arquitetos sobre as maneiras de resolver o problema da moradia, o livro trata dessa história primitiva da política habitacional.

Um de seus grandes méritos está no próprio olhar da historiadora. Seu recorte cronológico embaralha os marcos tradicionais da evolução da política habitacional no Brasil: o predomínio da iniciativa privada na construção habitacional antes de 1930 e o surgimento das carteiras prediais financiadas pelo Estado daí em diante. Mas não o faz simplesmente pela reconsideração da mistura entre o público e o privado que a leitura de trabalhos como os de Everardo Backheuser, Émile Muller e Émile Cacheux (1894) ou Antônio Jannuzzi (alguns dos quais estudados pela autora, como Backheuser, E. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906; Muller e Cacheux. *Les Habitations Ouvrières*. Paris, Baudry & C. Librairies Éditeurs, 1889; Jannuzzi, A. *Escorço Histórico do Problema da Construção de Casas Populares na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typog. do Jornal do Comércio, 1927) não cessa de repropor à análise de quaisquer destas conjunturas. Aproveita-se do que a interpretação histórica mais cuidadosa lhe oferece acerca das iniciativas fragmentárias – jurídicas ou sanitárias, públicas, corporativas, filantrópicas ou empresariais – de resolução dos problemas habitacionais para ousar um passo à frente.

A pista talvez seja a referência, ainda no título, aos engenheiros-arquitetos. É este olhar que tem em foco quando propõe examinar a formulação da política habitacional no Brasil. O olhar do profissional, sobretudo nessa São Paulo projetada pelo Instituto de Engenharia (1917), abrindo-se para a imagem da casa proletária e os preceitos morais e higiênicos a ela agregados como meio de formação do trabalhador. Afinal, “aos ‘doutores do espaço’, ‘técnicos do urbanismo’, ‘senhores das régua e dos esquadros, compassos e pranchetas’ restava a tarefa de projetar a cidade do trabalho, desenhar os bairros, as ruas, avenidas, praças, escolas, os estádios, hospitais e as casas operárias”. Contudo, como bem frisa a autora na introdução, “entre estas tarefas, a mais importante foi a possibilidade de

colocar todos os sonhos na ‘realidade’ do papel” (p. 15). As aspas lembram ao leitor que o sonho e o projeto são carregados de tantos efeitos quantas são as oportunidades abertas aos especialistas para desenhar a cidade e fazer ecoar suas opiniões bem informadas em instituições de ensino, associações profissionais, revistas e boletins científicos, congressos ou encomendas oficiais.

Da mesma forma que as idas e vindas da exposição fazem revolver as antigas cadeias de acontecimentos, a autora escapa da oposição entre projetos e programas e sua realização. De um lado, amarra em uma rede de permanências e rupturas o estudo da cidade moderna retornando ao século XIX industrial em busca dos elos entre as teorias mesológicas e da circulação dos fluidos, as concepções orgânicas e mecânicas e as preocupações dos urbanistas – entre os quais Prestes Maia e Alfred Agache – com a habitação popular, os equipamentos coletivos ou o crescimento desmesurado das cidades. De outro, retira os debates e discussões sobre a questão da habitação do lugar de preâmbulo de empreendimentos futuros, contribuindo com isso para dispor o conjunto das falas responsáveis em sua relevância social e dimensão prática.

Compreende-se, assim, a importância conferida à especialização do discurso sobre a moradia. O tratamento inédito das teses apresentadas no Congresso de Habitação de 1931 revela um interesse especial pelo funcionamento dos discursos particulares acerca da técnica de construir com o mínimo de gastos a boa habitação popular. A discussão sobre os pés-direitos, espessura das paredes, cubagens mínimas de ar nos dormitórios e demais cômodos da casa ou materiais de construção ressurge então para anexar aos velhos ideais de habitação social (para operários, pacificada, higienizada e moralizada) o crivo econômico. Padronização das soluções arquitetônicas, taylorização dos processos construtivos, organização do trabalho, construção em série, pesquisas e ensaios de materiais, standardização de componentes, racionalização etc., passam a representar as palavras de ordem do ideal de Habitação Econômica promovido pelos arquitetos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, por departamentos

municipais de habitação, gabinetes de investigação e jornadas técnicas como a promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo em 1941.

Mas a análise não se contenta simplesmente com o discurso competente. O próprio estatuto do saber com o qual opera é questionado na medida em que, ao lado do que dizem os profissionais, entram em cena planos bem distintos de representação da habitação: interesses econômicos de construtores, ações de governo, estratégias de contenção de demandas populares, exigências de inquilinos e operários com respeito à moradia, expressões de satisfação corporal dos indivíduos em relação aos padrões de conforto e higiene propostos.

Mais ainda, este modo de contar a história não trata o que se passou no Rio de Janeiro ou em São Paulo como casos específicos a confirmar ou não uma regra qualquer. Entrega-se, porém, à exigência de saber universal colocada a todo momento pelas falas com que lida. Decerto, o campo das condições e melhorias de vida e moradia dos trabalhadores urbanos – que a medicina e a enquete social, a engenharia, a arquitetura ou o urbanismo enunciam – não se deixa perpassar por variáveis locais, estilos de vida ou características geográficas e culturais diversas. É da assepsia geral do espaço, da *tabula rasa* e das necessidades-tipo do homem abstrato projetado nessas falas que trata a grande utopia política que define o urbanismo como a ciência da administração das coisas da cidade.

Por isso a tentativa de religar a política habitacional e a urbanística moderna ao cosmopolitismo de seus temas de fundo: o trabalho, a higiene, a circulação e a economia. Afinal, é a eles que se remetem as propostas de construção das vilas operárias e cidades-jardins, as visitas domiciliares e instalação das maquinarias de conforto, os planos de avenidas ou de extensão, os estudos sobre mínimos habitacionais ou a codificação legal da edificação urbana. A autora afasta-se, assim, da velha interpretação da importação de idéias, da imitação de soluções ou dos empréstimos culturais que caracterizaria, como quase tudo mais nesta parte do mundo, o saber moderno sobre a cidade e a habitação. Nada a opor, portanto, à leitura

simultânea do que se passa em Londres, Viena ou Paris e do que reformadores sociais, higienistas, urbanistas ou pré-urbanistas tinham a dizer da crise do alojamento ou dos males da cidade.

Talvez nessa opção se encontre uma das virtudes e um dos riscos mais candentes da empreitada. Se é fecunda a liberdade que a autora assume em relação aos consensos localmente estabelecidos pela história da arquitetura moderna, não parece inútil procurar identificar as referências internacionais que entram – e a maneira como entram – em circulação ou em voga no meio especializado de leitores e promotores das novas idéias em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Por exemplo: se vale o esforço de relembrar que a história da casa modernista ao fim e ao cabo deve muito aos progressos da engenharia civil na construção em geral e na construção barata da casa popular em particular, talvez fosse necessário avançar também no estabelecimento do diálogo travado entre o meio especializado brasileiro e as várias experiências (algumas das quais efetivamente sugeridas ao longo do livro) belgas, alemãs, inglesas ou francesas na promoção da habitação econômica. Ou ainda, se a leitura da contemporaneidade temática entre propostas como o Plano de Avenidas para São Paulo e a Carta de Atenas de fato reconduz aos princípios comuns “que circulavam e orientavam as propostas urbanísticas na época” (p. 85), talvez fosse o caso de aprofundar o exame dessa cultura arquitetônica e urbanística em formação. Definindo um critério mais nítido de seleção e recurso comparativo de autores e experiências internacionais? Não sei. Atentando para os desníveis e variações nas trajetórias intelectuais e profissionais dos indivíduos, nos modelos teóricos e idéias-chave, nos conceitos, categorias e instrumentos técnicos manipulados? Talvez. Quem sabe procurando redescobrir as fontes comuns de referências estranhas entre si, o sentido das citações e os destinos, apropriações e funcionamentos singulares de tal ou qual idéia. Afinal, por que privilegiar este ou aquele expoente do urbanismo progressista – Garnier, Gropius ou Le Corbusier – em relação a outros muito freqüentados pelos especialistas locais como Nelson Lewis, Raymond Unwin, Louis Bonnier, Jaussely ou Patrick Abercrombie? Por que ignorar

desníveis entre um *Vers une Architecture* (Le Corbusier. Paris, Vincent Fréal, 19230) e um *Les Trois Établissements Humains* (Le Corbusier. Paris, Denoël, 1945) deste nosso militante modernista por excelência? Por que não perseguir as transformações de uma proposta tão importante quanto a da “máquina de morar”, já em sua matriz corbusiereana sobrecarregada de força persuasiva e imprecisão conceitual?

Questões por certo que o trabalho de Marisa Carpintéro dá a pensar ao leitor interessado em história da arquitetura e do urbanismo. Na verdade, a originalidade de suas formulações repousa no vigor interdisciplinar desse ensaio sobre história urbana que nos premia com o empenho de revisão dos nexos políticos e econômicos do modernismo arquitetônico e do próprio papel urbanístico da habitação social.